

Entre disputas e negociações: a construção histórica da região cacauceira a partir do jornal Gazeta de Ilhéos (1901-1904)

Between disputes and negotiations: the historical construction of the cocoa region from the Gazeta Ilhéos newspaper (1901-1904)

Gabriel José Brandão de Souza*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de construção da narrativa histórica da região cacauceira, a partir das disputas políticas e ideológicas entre os grupos de elites na cidade de Ilhéus-BA no início do século XX. Para uma melhor compreensão deste processo de disputas, utilizaremos como fonte principal o Jornal *A Gazeta de Ilhéos*, entre os anos de 1901 a 1904, período de grande importância na composição do processo histórico da região, vivenciada entre mudanças e permanências. Neste sentido, interessa-nos perceber como esses grupos passaram a utilizar-se da imprensa não apenas como uma difusora de ideias e ideais, mas como um importante partido político de oposição, compondo assim, uma outra estratégia do jogo político para além da violência, voltada para a veiculação das suas opiniões e da disputa de espaços de poder. Convém, portanto, compreender a estratégia discursiva vinculada nesta imprensa, apesar da notória tentativa de construção de um discurso de imparcialidade.

Palavras-chave: Relações de Poder; Imprensa; Gazeta de Ilhéos; Região Cacauceira.

Summary: This article aims to analyze the process of constructing the historical narrative of the cocoa region from political and ideological disputes between the elite groups of the city of Ilhéus-BA in the early twentieth century. For a better understanding of this dispute process, use as a main source the newspaper *A Gazeta de Ilhéos*, from 1901 to 1904, a period of great importance in the composition of the historical process of the region, experience between change and permanence. In this sense, we are interested in how these groups use the press not only as a diffuser of ideas and ideals, but also as an important political objective

* Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES.

of opposition. of their opinions and dispute of spaces of power. Therefore, understand a discursive strategy linked in this press, despite the attempt to construct a speech of impartiality.

Keywords: Power Relationships; Press; Ilhéos Gazette; Cacao region.

Introdução

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado onde foi analisado as relações de poder existentes entre as elites cacaeiras na cidade de Ilhéus-Ba no início do século XX, período de intensas mudanças políticas e econômicas por conta da ascensão das plantações e dos valores atribuídos no exterior ao cacau. Neste sentido, foi investigado os alicerces que propiciaram a consolidação dessas elites e como eles utilizaram estratégias, para além da violência no intuito de legitimar os discursos inerentes aos interesses das facções políticas locais.

Para além das questões econômicas, as disputas em torno da multiplicidade de interesses políticos e sociais, geravam cisões entre os principais segmentos de elites. Portanto, como uma estratégia para a construção, assim como legitimação de um discurso, a imprensa local constituiu-se um dos principais meios utilizados pelos coronéis para além da violência. Partindo desse princípio, foi possível constatar a importância exercida pela imprensa, atuando como interlocutor dos grupos e dos seus interesses, ainda que procurasse manter o discurso de imparcialidade e representante dos interesses da população.

Neste contexto, a imprensa local passou a ganhar uma preponderância, compondo uma importante ferramenta de convencimento, assim como, de legitimação. Desta maneira, buscaremos ao longo deste artigo, elencar dois processos eleitorais ocorridos no município de Ilhéus, que se caracterizaram como momentos de instabilidade política, não somente nas proximidades das eleições, mas durante o intervalo entre os dois pleitos, buscando compreender como a facção pessoísta utilizou da imprensa como propagadora dos seus discursos.

A Gazeta de Ilhéos: entre convergências e rompimentos

As relações entre os grupos políticos locais fundamentaram-se principalmente entre os conflitos e instabilidades políticas, entretanto, o que se pretende chamar atenção aqui é para o fato de que em alguns momentos foi possível perceber que quando os interesses confluíam, ou seja, quando as benesses obtidas eram repartidas para ambas as facções,

*Adamistas/Pessoístas*¹, havia uma momentânea articulação e apaziguamento entre os dois, inclusive podendo-se perceber o apoio ou silenciamentos recíprocos.

A fundação da Gazeta de Ilhéos, constituiu um desses exemplos. Lançada a primeira edição em 31 de março de 1901, constituía-se como *Propriedade de uma Associação Anônima*, todavia sua circulação ocorria desde 16 de março. Conforme o estatuto do jornal, “O capital social é de vinte e cinco contos de réis, 25:000\$000, dividido em 250 acções de 100\$000 cada uma, constituído pela folha *Gazeta de Ilhéos*, conforme o valor que fica dependendo de avaliação à que se procederá na Assembleia Geral de instalação”.²

Neste contexto, é possível perceber que Gazeta não era composta, inicialmente, por membros de apenas uma facção. Inclusive, logo após a inauguração, na reunião do Conselho Municipal Ilheense, deliberou que a intendência elaborasse um contrato com a Gazeta de Ilhéos, para a publicação dos expedientes do conselho e da intendência, mediante o pagamento de uma quantia de um conto e duzentos mil réis anuais, tornando-o *Órgão Oficial da Intendência*.

Devido às condições apresentadas pela primeira edição do jornal, não houve a possibilidade de observar os nomes de todos os membros que compunham o grupo dos acionistas e a cota obtida por cada um. Todavia, o que pode ser observado, é que o Dr. João Alves Pereira França (Juiz de Direito da Comarca) e o Major João Fróes Dias de Figueiredo possuíam as maiores cotas, respectivamente, 35 (3:500\$) e 21 (2:100\$) e o restante dos acionistas mantinha cotas entre 5 e 10 ações. Sobre a composição administrativa, o estatuto pontuava que “a sociedade será regida por dois Directores eleitos por cinco anos e dos quaes, um exercerá as funções de Presidente, e outro a de Caixa. Considerar-se-hão eleitos para esses cargos os que tiverem maioria absoluta no primeiro escrutínio, maioria absoluta no segundo”.³

Após as eleições, foram eleitos para ocupar os cargos da diretoria o Dr. João Alves Pedreira França na função de Presidente, João Fróes Dias de Figueiredo como Diretor de Caixa, e ocupando a Comissão Fiscal, assumiram o cargo o Tenente-Coronel Ramiro

¹ Ao longo do final do século XIX e início do XX, a região cacauieira estava dividida entre duas facções políticas de cunho personalistas: os *adamistas*, cujo principal chefe era Domingos Adami Sá e que tinham suas origens remetidas a uma elite tradicionalista e os *Pessoísta*, que tinha como chefe Antônio Pessoa da Costa e Silva e que estavam ligados aos chamados *novos-ricos*, devido ao fato de terem constituído suas fortunas a partir da expansão das plantações de cacau.

² Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 31 de março de 1901 – nº 01. Pg. 01.

³ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 31 de março de 1901 – nº 01. Pg. 01.

Idelfonso de Araújo Castro, Major Rodolpho Mello Vieira e Major Alfredo Navarro de Amorim e para o cargo de Administrado, ficou nomeado Laudelino Pimentel. Desta forma, a diretoria acabou sendo composta por membros de ambos os grupos, demonstrando que, embora houvesse disputas em torno da conquista do poder local, em determinados momentos, ocorriam negociações ou mesmo tréguas entre as facções políticas. Acerca do programa da Gazeta, o Jornal da Bahia (SSA), noticiou;

“Guardando completa imparcialidade na lucta apaixonada por partidos”, cujos tristes e por muitas vezes sangrentos embates tanto têm atrasado e desacreditado Ilhéos, a sua gazeta, inteligentemente redigida, declara, como seu “firme e inabalável proposito, trabalhar incessantemente pelo progresso moral e material” d’aquella “boa e generosa terra, não poupando para isso esforços e sacrificios” [...] Applausos à *Gazeta de Ilhéos*, por esse brado civilizador e patriótico.⁴

Nesse contexto, o surgimento da Gazeta estava pautado, inicialmente, em exercer esse brado *civilizador* e *patriótico* apontado pelo Jornal da Bahia e replicado pela Gazeta de Ilhéos. Embora ao longo da Primeira República os ideais de modernização e civilidade tenham ganhado força, é válido ressaltar que não se tratava de um discurso novo. Como salienta Rinaldo Leite, “à civilização correspondia ter algumas preocupações sociais, a necessidade de uma ordem (pública e social), ter a vida na cidade normatizada, distinguir-se por gosto e práticas elegantes, realizar melhoramentos na paisagem e possuir bons serviços de infraestrutura”. (LEITE, 1996, p. 43) Conforme nota publicada na Gazeta, o periódico também tinha como objetivo;

A verdade eleitoral será objeto constante das nossas preocupações [...] queremos o governo moralizado, respeitando os direitos de todos, e as oposições moderadas e sensatas, *combatendo a fraude eleitoral, que é de facto a causa do domínio das olygarchias formadas nos Estados do Brasil*, e a da situação afflictissima, nunca vista, da lavoura, do commercio, das classes productoras e de todas aquellas que vivem do seu trabalho. (Grifos Nossos)⁵

⁴ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 16 de maio de 1901 – nº 13. Pg. 01.

⁵ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 20 de março de 1902 – nº 90. Pg. 01-02.

Ao analisarmos os processos eleitorais no contexto político da Primeira República, é possível perceber que a cidade de Ilhéus estava ligada diretamente ao sistema de práticas fraudulentas. A instituição do federalismo e conseqüentemente da autonomia dos estados e municípios em substituição ao centralismo monárquico, fortalecido pela Política dos Estados estabelecida no governo de Campos Sales (1898-1902) favoreceu, ainda mais, a hegemonia dos grupos políticos locais, principalmente aqueles que estavam ligados ao situacionismo.

Nesta perspectiva, Gustavo Falcón ressalta que o novo sistema republicano seria fraudado por duas razões: a primeira estava na incapacidade da formação de um partido de expressão nacional, dada a diversidade dos interesses das diferentes oligarquias estaduais, e a segunda na fragilidade daquela que seria a sua maior conquista, no caso o voto universal, que foi reduzida, como salienta Falcón, a uma grosseira caricatura democrática. Como consequência de ambas as razões, o autor compreende que;

A antiga artificialidade da expressão baiana nos ministérios imperiais, onde as elites estaduais gozavam de amplos privilégios sem dispor de bases materiais que lhe assegurasse tal posição, era agora substituída no plano estadual por partidos políticos efêmeros, eleitoreiros e personalistas, cuja função primordial era assegurar o acesso ao poder as oligarquias locais e atribuir base representativa à República, no plano federal. (FALCON, 1983, p. 26-27)

Entretanto, o fato de ser oposição ao governo e conseqüentemente não ter “privilégio” de compor a chapa governista, não poderia configurar-se fator crucial para uma derrota, ao menos no que tange ao número de votos. Todavia, também é importante frisar que, nem sempre o candidato eleito pelo “voto popular” conseguia tomar posse do cargo, ou mesmo quando empossado a sua permanência estaria garantida. Essas instabilidades em torno dos processos eleitorais estavam diretamente vinculadas às relações de poder, baseadas principalmente nas relações coronelistas e nas interdependências que as elites locais e as oligarquias estaduais possuíam. Como discorre a Gazeta;

Hoje... quem se anima a pleitear uma eleição contra o governo? Os candidatos são impostos aos conselhos municipais, filhos da fraude, com os quaes não se correspondem, e os régulos, de posse da senha, fabricam em

casa, vergonhosamente, as actas, dando resultados fictícios, que causam nojo aos próprios que recebem o degradante diploma.⁶

Assim, num contexto de fraudes, manobras e conflitos, as eleições e a construção dos discursos que se estabeleceram no cerne da política ilheense, sobretudo na disputa entre os *Adamistas* e *Pessoístas*, pela conquista de uma hegemonia local, tinham no controle da política municipal e na expansão das influências, tanto políticas quanto econômicas, um interesse em comum.

Apesar desse controle já estar sob o domínio da facção adamista no momento da mudança do Império para a República, as relações para além do município proporcionaram a esse grupo manter o apoio do governo estadual, o que se configurou como uma importante ferramenta para a conservação do poder na região. Como compreende Ribeiro, as facções incorporadas aos partidos do Império tinham como principal característica o personalismo encarnado pelos seus líderes, prática que foi mantida durante a Primeira República, daí suas denominações locais derivarem dos nomes dos chefes locais, no caso da região de Ilhéus (RIBEIRO, 2005, p. 41).

Sendo assim, interessa-nos perceber como a facção pessoístas passou a utilizar-se da imprensa a fim de contrapor essa hegemonia política, não apenas como uma difusora de ideias e ideais, mas como um importante partido político de oposição, compondo, assim, uma outra estratégia do jogo político para além da violência, voltada para a veiculação das suas opiniões e da disputa de espaços de poder. Convém, portanto, compreender a estratégia discursiva vinculada nesta imprensa, apesar da notória tentativa de construção de um discurso de imparcialidade. Conforme o editorial, a seguir:

A futura cidade de Ilhéos, uma das capitaes da nossa vasta e opulenta zona do sul, possui agora, e com a denominação supra, um órgão de publicidade, destinado a lhe prestar os melhores serviços [...] O seu artigo-programma é de patrióticas promessas, que desejamos e esperamos ver satisfeitas. *Guardando completa imparcialidade na lucta apaixonada dos partidos (grifos nossos)* – cujos tristes e por muitas vezes sangrentos embates tanto têm atrasado e desacreditado Ilhéos, a sua gazeta, inteligentemente redigida, declara, como seu firme e inabalável proposito, trabalhar

⁶ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 30 de outubro de 1902 – S/Nº. Pg. 01.

incessantemente pelo progresso moral e material d'aquella boa e generosa terra, não poupando para isso esforços e sacrificios (*Jornal de Notícias*).⁷

A produção da imprensa e a sua representação dentro do campo político compõe uma importante forma de exercer também um relativo poder simbólico. Neste sentido, ter a posse de um instrumento que viabilizaria uma difusão mais ampla de ideias, como um jornal, embora a maior parte da população local não fosse letrada, possibilitaria não somente assegurar, como também, acumular respectivo poder. Como salienta Pierre Bourdieu, o que está em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida (BOURDIEU, 2007, p. 125).

Ao pensarmos o campo do discurso político, como compreende Paula Vanessa Paz Ribeiro, faz-se necessário perceber a existência de diversos mecanismos de persuasão e convencimento que surgem no ato de argumentar. A retórica encontra-se entre esses mecanismos, compondo a arte de elucidar e persuadir a adesão de leitores, e as estratégias simbólicas e ideológicas são aplicadas de forma racional pelo orador, sob uma intencionalidade de sensibilizar e convencer que seus argumentos se compõem dignos de ter confiança e veracidade. (RIBEIRO, 2014, p. 23)

As eleições de 1899: a importância das relações para além dos municípios

Após duas derrotas consecutivas para o cargo de deputado estadual na década de 1890, os pessoístas lograram chegar ao principal cargo no município ilheense – a intendência. Assim, em 12 de novembro de 1899, o Coronel Antônio Pessoa da Costa e Silva congratulava-se intendente de Ilhéus, tomando posse do cargo em janeiro de 1900 junto aos membros do conselho municipal eleito, composto também por membros do seu grupo político. Segundo a Gazeta de Ilhéos:

Ninguém ouvira fallar em pleito mais livre, mais disputado do que esse, em que venceram os pessoístas, luctando com mesas unanimes contrarias, colocadas nos peores logares, designados pelo conselho municipal, cujo presidente era o sr. Domingos Adami. Procedeu-se à verificação de poderes, sem o menor protesto, e bem assim a apuração, tomando posse no dia 1º de

⁷ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 16 de maio de 1901 – nº 13. Pg. 01.

janeiro de 1900, o nosso redactor-chefe, do cargo de intendente, cinco conselheiros de sua parcialidade, dois adamistas, e os juizes de paz eleitos de ambos os grupos, entre os quaes o sr. tenente-coronel Jose Carlos Adami, 1º juiz de paz do Castello novo. A apuração ocorreu de forma plácida, sem a menor reclamação, compondo-se a junta em sua maioria de partidários de Adami.⁸

Vencer as eleições, compondo o quadro da oposição, acabou de certa forma por promover uma possível contra-hegemonia em relação aos grupos ligados aos adamistas. Através da Gazeta de Ilhéus, os pessoístas afirmavam que “as eleições ocorreram de forma tranquila e bem disputadas, ocorrendo com entusiasmo e liberdade pelos partidos políticos locais, e tendo a garantia de uma legitimidade conferida por Luis Viana (1896-1900)”.⁹

Após a implantação da República, o município de Ilhéus, que no período compunha o 6º colégio eleitoral do estado, foi dividido internamente em quatro distritos eleitorais: 1º - Cidade, 2º - Itahype, 3º - Cachoeira de Itabuna e 4º - Castello Novo, sendo que as zonas do Itahype e Castello Novo eram politicamente de domínio do grupo adamista, enquanto Cachoeira de Itabuna tinha uma ligação maior com o grupo pessoísta (RIBEIRO, 2001, p. 91).

Todavia, nas eleições de 1899, segundo apontam os pessoístas, no 1º e no 2º distrito as forças políticas mantiveram-se equilibrados, porém no 3º e 4º, justamente os mais populosos, o coronel Pessoa ficou com a quase totalidade do eleitorado, tendo na localidade de Olivença, anexado posteriormente a Ilhéus, obtido a totalidade dos votos.¹⁰ Neste sentido, podemos perceber que apesar dos grupos manterem um alto grau de influência em determinadas localidades, o eleitorado não se demonstrava passivo e obediente, podendo alternar entre os grupos.

Entretanto, para ser eleito, o candidato necessitava ter o cômputo dos seus votos reconhecido em várias instâncias, dependendo do cargo exercido (JANOTTI, 1992. p. 38). Segundo Eul Soo Pang, organizavam-se três comissões para promover as eleições: a primeira era uma comissão de registros, responsável pela junta de alistamento, a segunda uma comissão eleitoral executiva responsável pela junta ou mesa eleitoral e a terceira, uma comissão de apuração que era responsável pela contagem de votos, sendo as três juntas

⁸ Gazeta de Ilhéus, Ilhéus, 23 de agosto de 1903. S/Nº. Pg. 01.

⁹ Gazeta de Ilhéus, Ilhéus, 21 de agosto de 1902 – nº 134. Pg. 01-02.

¹⁰ Jornal de Ilhéus, Ilhéus, 12 de janeiro de 1913 – nº 27. Pg. 01.

formadas pelo juiz da comarca, de nomeação direta do governador, um juiz municipal, que era eleito pelos municípios, e membros escolhidos dentre o eleitorado local. Uma vez sendo apurados os votos, um certificado era emitido para os candidatos, atestando o número de votos obtido (PANG, 1979, p. 34).

Quando dois partidos reivindicavam terem vencido as eleições, entrava-se com um processo no Senado, que era responsável pela Comissão Verificadora, e tinha o papel de interferir no resultado das eleições em disputa. É evidente que os pareceres emitidos por tal órgão possivelmente não possuíam uma imparcialidade, até porque era fundamental expurgar os candidatos indesejáveis aos interesses do governo estadual e federal, empossando aqueles grupos que possuíam uma ligação maior com o estado ou a federação.

Desta forma, ainda que as eleições em várias regiões apresentassem duplicatas dos votos, fraudes e inclusive conflitos armados, como apresentado no relatório produzido pelo governador e direcionado à *Assembleia Geral do Estado*, em 1900, ao final do mandato, não constava nenhuma referência às eleições ocorridas no município.¹¹ O que podemos supor que, apesar dos conflitos entre os dois grupos perante o processo eleitoral, a posse do Coronel Antônio Pessoa, assim como os membros do conselho ligados aos pessoístas e adamistas ocorreram, até então, dentro de uma possível legitimidade.

Entretanto, a eleição de Severino dos Santos Vieira para governador do estado em 1900 e posteriormente o rompimento com o ex-governador Luis Viana, devido a divergências políticas, acabou por influenciar diretamente na conjuntura política da cidade de Ilhéus, que consequentemente sofreria grandes mudanças. A região cacaujeira constituía um polo importante de ascensão econômica na Bahia, com isso, ter um aliado político na região poderia ser uma estratégia para os anseios do novo governador, que tinha no grupo dos Adamistas, fortes aliados.

Nesse contexto, em 22 de agosto de 1900, por decreto do Senado, as eleições ilheenses acabaram anuladas, colocando o grupo pessoísta mais uma vez na condição de oposição local e possibilitando o retorno do grupo adamista novamente ao controle da política local. Como narra a *Gazeta de Ilhéus*;

Foi no dia 22 de agosto de 1900, que o senado bahiano, pela maioria de dois ou três votos, representado pelos Srs. Augusto França, padre Cupertino de

¹¹ Relatório do Governador para a Assembleia Legislativa, Salvador, 11 de abril de 1900.

Lacerda, Austricliano de Carvalho, Francisco Moniz e outros títeres, de ordem do ilustre governador do estado, annullou as eleições que neste município tiveram lugar em 12 de novembro de 1899, as que, no estado, não se fizeram a bico de pena, com exceção das de Maracás e de algumas parochias da capital.¹²

Enquanto nos demais municípios que tiveram o pleito anulado foram programados novas eleições, o mesmo não se verificou no caso de Ilhéus. Segundo a justificativa apresentada pelo governador para não ter ainda programado as novas eleições, dizia o mesmo que após a anulação nos findos de agosto, passou a existir na região uma profunda alteração da ordem e alguns atentados de caráter mais graves. Como aponta o relatório;

Annulada por decisão do Senado, nos termos das leis em vigor, as eleições a que em 12 de novembro de 1889 se procedeu para intendente e membro do conselho municipal nos municípios de Lençóes, Maracás, Prado e Conde, realizaram-se também na melhor ordem e nos dias respectivamente designados as novas eleições, achando-se já empossados os intendentes e conselhos municipais eleitos. Para a eleição do município de Ilhéos, cuja anterior também foi annullada, ainda não designei dia pelas razões que adiante darei.¹³

Não obstante ao adiamento das novas eleições, segundo aponta o relatório, foi necessário deslocar o bacharel José Pereira de Almeida, nomeado pelo decreto de 6 de setembro de 1900, como delegado regional das comarcas do sul do Estado, para suplantar os protestos da população e restaurar a ordem. Segundo a versão dos pessoístas, o delegado regional enviado pelo governador Severino Vieira, havia se deslocado para o município possuindo carta branca, apenas no intuito de sustentar os *Adamis e et reliqua*.¹⁴

Desta maneira, os oficiais de polícia, que eram responsáveis pela nomeação dos inspetores de quarteirão, também estavam ligados aos adamistas, nomeando assim Jorge Sá como adjunto do promotor, Estácio Sá como primeiro suplente de juiz de direito, o capitão

¹² Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 21 de agosto de 1902 – nº. 134. Pg. 02.

¹³ Relatório do Governador para a Assembleia Legislativa, Salvador, 11 de abril de 1901 – Pg. 11.

¹⁴ O termo era frequentemente utilizado na Gazeta de Ilhéos para referenciar de forma depreciativa os coronéis Ernesto Sá e Domingos Adamis.

Eusébio Benevides como coletor estadual e Victor Sá para escrivão da coletoria.¹⁵ Com tantas nomeações ligadas aos Adamis, sob a influência do governador Severino Vieira, dificilmente o grupo pessoísta conseguiria que as apelações contra a decisão do Senado tivessem um parecer positivo. Nesta perspectiva, protesta a Gazeta;

Assumi a 28 de maio o governo do estado o sr. dr. Severino Vieira, e em julho appareceu no senado um recurso irrisório, um papel sujo, com assignaturas falsas, contra as eleições aqui procedidas a 12 de novembro de 1899, recurso que, contra os dispositivos constitucionaes, contra lei eleitoral e a da organização municipal, foi provido, de ordem, segundo diziam os senadores, do exmo. sr. governador do estado.¹⁶

Embora ambos os grupos tivessem passado a reivindicar a vitória nas eleições, as extensas ligações do grupo adamista com o governador facilitaria as manobras políticas para uma vitória nesse jogo de poder. Com a deposição de Antônio Pessoa da intendência, os caminhos para o retorno do grupo adamista aos principais cargos da região tornara-se uma possibilidade concreta. Sem data marcada para as novas eleições, voltaram ao exercício dos cargos de intendente, Ernesto de Sá Bitencourt Câmara e de presidente do conselho municipal, Domingos Adami de Sá, a partir de 14 de setembro de 1900, após um governo pessoísta de aproximadamente oito meses.

A anulação pelo Senado das eleições ilheenses e a saída de Antônio Pessoa do cargo de intendente teve repercussão inclusive no *Jornal do Brasil* (RJ), com uma nota elucidando não somente a anulação, mas questionando o fato do recurso ter sido apresentado alguns meses depois das eleições e da posse de Pessoa ao Senado. Ainda segundo a nota, o coronel Pessoa tinha a intenção de pleitear as eleições que seriam novamente efetuadas.¹⁷

Apesar de apresentar recurso, contra a anulação das eleições, mais uma vez, o grupo pessoísta voltara à oposição tanto no nível municipal quanto estadual, o que representava o maior mal que podia acontecer a um chefe ou grupo político no período, pois nas palavras de Carone, nesse sistema envolto de privilégios, ser de oposição diminuiria consideravelmente a possibilidade de galgar novos espaços e alcançar o poder pelo processo

¹⁵ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 01 de janeiro de 1903 – S/Nº. Pg. 01-02.

¹⁶ Gazeta de Ilhéos, 21 de agosto de 1902 – nº 134. Pg. 02.

¹⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1900 – nº 236. Pg. 01.

ordinário e legal das urnas (CARONE, 1973, p. 301). Entretanto, embora por meios legais os pessoístas estivessem impossibilitados de retornar ao poder, a construção da oposição através da imprensa partidária possibilitaria criticar, denunciar a situação e enaltecer seu próprio grupo em detrimento do outro. Como se observa na nota a seguir;

Em fins de julho de 1900, foi o intendente Antônio Pessoa, para a capital, oppor-se ao recurso-farça, interposto por Adami e garantido por Severino, onde permaneceu até 3 de setembro, e não mais pisou na casa da câmara, ordenando aos seus empregados que entregassem o arquivo, todos os livros e papéis que porventura estivessem em seu poder, aos antigos membros do conselho, quando se apresentassem, visto haver o senado estadual annullado as eleições municipais.¹⁸

Logo após a anulação, a construção do discurso do grupo pessoísta, passou a ser arquitetado sob a ideia de que o Município havia sofrido um golpe político, sendo corroborado pelas manobras políticas feitas pelo governador do estado. A propaganda dos feitos do curto governo de Pessoa na intendência tornou-se uma constante nas publicações da Gazeta ao longo dos anos seguintes, apontando sempre nas entrelinhas das denúncias contra o governo e contrapondo, que quando os pessoístas estiveram no controle da política municipal as coisas tinham ocorrido de forma diferente, alegando que “Antônio Pessoa só se preocupava do bem público, e durante oito mezes de governo, no exercício do cargo de intendente, fez mais do que *Adamis et-reliqua* em cerca de nove anos, desde 1890 até 1889”.¹⁹

Desta forma, passou-se a enaltecer as ideias de transparência das contas públicas, o processo de modernização e higienização e inclusive a especulação imobiliária, relacionando-se ao desenvolvimento suscitado pela expansão econômica que a cidade passou a viver, estas tornaram-se temáticas constantes no imaginário construído em torno do governo pessoísta. Sobre os feitos do governo deposto, a Gazeta de Ilhéos aponta que;

Estavam promptos um açougue de luxo e bem construído, uma fonte, dois pontilhões nas ruas dr. Reginaldo Mello e dr. Baptista de Souza, em andamento a obra do edificio municipal, calçava-se a rua Conselheiro

¹⁸ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 03 de maio de 1903 – nº 202. Pg. 02.

¹⁹ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 03 de maio de 1903 – nº 202. Pg. 02.

Saraiva, fazia-se uma ponte na Cachoeira de Itabuna, estava desobstruído o canal do Itahype, abriam-se estradas por toda parte, comprava-se um chafariz, encomendado na Europa, para ser collocado na praça do Conselho municipal, arborisava-se a praça Ruy Barbosa, conceituava-se o caes e o cemitério, levantava-se a planta cadastral da cidade, recenseava-se a população, estava bem principiado o serviço de esgoto, e muitos outros trabalhos públicos absorviam a atenção do governo local.²⁰

É importante questionarmos até que ponto a cidade vivenciou esse processo de modernização e mudanças econômicas apontadas pelos pessoístas, sendo que nos oito meses do Coronel Antônio Pessoa na intendência, o mesmo tinha o governo do estado como oposição. A necessidade de investimentos e liberação de recursos, por vezes dependia das relações mantidas com a política estadual, pois como pondera Carone, no jogo de relações de poder, aqueles que teriam acesso às benesses do governo seriam os partidários da situação. Numa época em que as oportunidades de emprego e renda se apresentavam escassas, o Estado se constituía em uma das poucas fontes de investimentos (CARONE, 1973. p. 255).

Na percepção de Vitor Nunes Leal, a fraqueza do poder financeiro dos municípios para suprir as suas necessidades era um dos motivos que tornava os coronéis dependentes do Estado. Sem esse auxílio disponibilizado pelo Estado, que possibilitava aos coronéis realizar obras vistas em benefício das populações locais, visando a conquista de apoio político, provavelmente ocorreria a derrocada de vários potentados na região. Por outro lado, o Estado, por ter que administrar a aplicação dos recursos, que eram insuficientes para todos os municípios, tendia a priorizar aqueles que faziam parte da teia fundamentada no coronelismo. Desta forma, a estrutura coronelística estava, em suma, intrinsecamente ligada ao governo (LEAL, 1975, p. 45).

Em outras palavras, essa “pseudo-autonomia” dos municípios, assegurada pelo artigo 68 da constituição de 1891²¹, estava inseparável de uma dinâmica de poder que perpassava os limites locais, mantendo relações de interesses, por vezes conflituosas ou coincidentes, com o governo do estado. Nesse contexto, apesar da República e da implantação de uma política

²⁰ Gazeta de Ilhéus, Ilhéus, 23 de agosto de 1903– nº 234. Pg. 01.

²¹ Conforme a Constituição de 1891, os Estados organizar-se-hão de fôrma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse – Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24/02/1891, Pg. 17.

federalista terem possibilitado um fortalecimento das grandes oligarquias estaduais e municipais, ainda temos a presença do estado como subterfúgio ou mesmo legitimador para práticas políticas locais.

Como podemos perceber no contexto político ilheense, a aliança dos adamistas com Severino Vieira possibilitou não somente o retorno do grupo ao controle do governo local, mas a sua influência nas nomeações para cargos públicos, privilegiando a família Sá, quer em cargos efetivos ou de nomeação eletiva, o que demonstra a importância dessas coligações.²² Como denuncia a Gazeta de Ilhéos;

Está nomeado ha quase um mez 1º suplente do juiz de direito, neste termo, o s. capitão Estacio de Sá Bittencourt Câmara, irmão do adjunto de promotor publico Jorge Sá Bittencourt Câmara, filho do coronel Ernesto Sá B. Camara ha dois annos no exercício illegal e clandestino de intendente municipal, cujo quatriennio concluiu em 1899, primo do tenente-coronel Domingos Adami de Sá, pseudo presidente do conselho e chefe político official, primo do escrivão da collectoria estadual, Victor de Mello Sá e já reconhecido pelo fiscal das collectorias como defraudador das rendas do estado, no character de colector, cargo que exerceu durante cerca de quatro annos, até 1898 [...] Além d'isso é o sr. Estacio irmão do sr. Jorge Sá, adjunto do promotor público, com o qual não pode servir; filho do intendente [...] Em poucos mezes foram nomeados membros d'essa família para os cargos de sub-commissario do Almada, escrivão da collectoria estadual e 1º suplente do juiz de direito, e assim mesmo o governo manda declarar pelo órgão official que não decidiu-se ainda por nenhum dos grupos políticos em Ilhéos.²³

Após dois anos da anulação das eleições, não havia ocorrido outro pleito, e as nomeações de indivíduos ligados a facção adamista cresciam vertiginosamente, fortalecendo e consolidando a sua permanência no controle da política municipal. O apoio do governo estadual permitia que as indicações aos principais cargos, como os de chefe de polícia e

²² A política dos Estados ou Política dos Governadores implantado na gestão de Campos Sales, acabou por em parte deslocar os conflitos intra-oligárquicos do complexo nacional para o âmbito estadual, desenvolvendo uma força ainda maior nas relações oligárquicas na sua localidade, sendo assim, fundamental para a manutenção destas oligarquias as ligações com os governos estaduais e federais. cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

²³ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 21 de setembro de 1902 – S/N. Pg. 01.

cargos ligados ao judiciário no município, proporcionassem a continuidade do domínio, certas vezes exercido com o uso de opressão e coerção à oposição, ao mesmo tempo em que agia de forma parcial, demonstrando certa complacência (LEAL, 1975, p. 47).

1903 e 1904: mudanças e permanências

Dentro deste contexto de conflitos, teve início o novo processo eleitoral para intendente, conselheiros municipais e juizes de paz, após a anulação das eleições de 1899 em agosto de 1900 pelo senado estadual. Embora as eleições fossem ocorrer apenas em 08 de novembro de 1903, todo o jogo de articulações e denúncias, meses antes, passam a compor as páginas do periódico, todavia, agora com um discurso de oposição aberto.

Após as divergências internas na Gazeta, favorecendo a instalação do grupo pessoísta no comando do editorial, não tardou para que ocorresse também o rompimento do contrato para a publicação dos expedientes do conselho e da intendência pelo período. Antes das eleições, as amarras que já não prendiam ou inibiam o discurso de oposição ao grupo adamista e ao governador Severino Vieira se tornam mais constantes e diretos nas páginas da Gazeta.

Em contrapartida, o grupo adamista, através do Jornal *A Lucta*, fundada em 1902, sob principal articulação de João Mangabeira, Rui Penalva e Celerino Dantas tornou-se o *Órgão Oficial do Município*, responsável pelas publicações oficiais da intendência e do conselho municipal. Desta forma, ambos os periódicos passaram a travar embates políticos e ideológicos atrelados a denúncias e acusações dos respectivos grupos políticos, que se tornaram constantes. Podemos perceber esses embates ao analisarmos as críticas constantemente feitas pela Gazeta às publicações da *Lucta*.

Foram os adversários políticos do nosso redactor-chefe, capitaneados por um bacharel vena! E infame, que conservam alugado para servir-lhes de mentor, garantidos e auxiliados pelo commissario de policia, que agora anda cabalando eleitores, pela Cachoeira de Itabuna, em companhia do chefe do grupo desordeiro e saquear a horas mortas da noite, e na ocasião em que tinha de surgir *A Lucta*, folha do pseudo conselho municipal e dos gatunos que vivem à custa do município, com o pensamento de evitar a publicação dos actos referentes à eleição municipal.²⁴

²⁴ Gazeta de Ilhéus, Ilhéus, 18 de outubro de 1903 – nº 244. Pg. 01.

O *saquear a horas mortas*, referenciado pelo redator da matéria, faz alusão à invasão ocorrida na madrugada do dia 23 de setembro de 1903 ao prédio onde funcionava a Gazeta. Segundo notícia publicada no dia 11 de outubro de 1903, intitulada *Depredação*, na impossibilidade de destruir completamente a máquina que rodava o jornal, devido ao tamanho e possivelmente por necessitar de grande esforço, foram apenas desparafusados da máquina três peças que se comunicam com os rolos, o que impossibilitaria o funcionamento do prelo, por fim, levando-as consigo os ladrões, que entraram pelo fundo da casa e arrombaram a fechadura da respectiva porta.²⁵

Logo após o ocorrido, o coronel Manoel Misael Tavares, um dos acionistas da Gazeta e importante aliado do Coronel Antônio Pessoa, solicitou junto ao comissário capitão Galdino Fonseca que fosse feito o corpo de delito, sendo enviado por este, dois carpinas que segundo o periódico estavam ligados aos “mandantes do atentado” e que eram empreiteiros das obras municipais.

Após a invasão do prédio da Gazeta, o capitão Galdino, que anteriormente era visto pela Gazeta no episódio do julgamento de José de Protasio²⁶, como homem “calmo, desapaixionado, e não vivi as sopas dos mandões, o que talvez seja motivo para não demorar-se n’esta cidade, onde só aos vândalos satisfazem os Arcetides e outros do mesmo jaez”, passa a ser tratado com desconfiança, que se confundia por vezes com os “algozes e inimigos”. Sobre a atuação do capitão Galdino, a Gazeta aponta que;

Não contente em nomear taes peritos, expediu ao ilustre dr. chefe da segurança publica um telegrama, que é um acervo a inexactidão, de falsidades. E’ assim que, entre outras invenções escriptas por outrem e por elle assignadas, declarou ao chefe da policia *que o prelo não está desarranjado, tanto que a machina funciona perfeitamente, que não houve empastellamento em a noite de 23, pois que, sendo a Gazeta de Ilhéos de publicação matutina, foi*

²⁵ Na Primeira República, os atentados aos jornais de oposição se tornaram práticas comuns. Cf., QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense 1986.

²⁶ Julgamento ocorrido em 16 de dezembro de 1902 do réu José de Protasio, acusado pela morte do negociante José Domingues de Oliveira, na estrada de Cachoeira de Itabuna e amplamente repercutido pela Gazeta de Ilhéos.

*impressa durante a noite, sendo a edição do dia 24 distribuída aos assignantes ás 7 horas da manhã.*²⁷

O ataque ao prédio da Gazeta teve grande repercussão na imprensa da capital. Um telegrama enviado ao Capitão Galdino pelo Secretário de Segurança e publicado no *Jornal de Notícias*, no dia 25 de setembro de 1903, transcrito pela Gazeta, juntamente com um telegrama enviado pelo governador Severino Vieira, demonstram a preocupação do governo do estado em solucionar o caso, classificando o atentado como “desafronto a liberdade e garantia da liberdade de imprensa”, exigindo uma averiguação e “punição severa contra os autores e cúmplices do atentado”.

Embora o governador tenha se posicionado a favor da urgência de uma investigação, na construção do discurso empregado pelo periódico, uma posição bem definida e tendenciosa em favor da facção pessoísta passa a ser veiculada nas suas publicações. Esta, coloca o grupo adamista como mandatário do empastelamento, sendo usurpador do poder com o apoio do então governador, e como responsável pela manutenção do município, tanto politicamente quanto socialmente, atrasado, ainda que a região, devido à grande expansão das plantações cacauceiras, tivesse uma renda que possibilitasse o crescimento.

Argumentava ainda que os adamistas, através dos métodos de opressão e violência, mantinham-se no controle político do município, tendo conseqüentemente a manutenção dos cargos públicos para seus aliados. Ainda segundo o periódico;

[...] sabemos quaes são os autores do crime, e melhor do que nós conheceos o sr. Galdino [...] mostrou-se até onde chega a sua subserviência ao grupo, adamista, a que está aggregado, unico interessado na suppressão da folha, que conta grande numero de assignantes no município e as mais fervorosas sympathias.²⁸

Em contrapartida, cria-se em relação aos pessoístas a ideia de um grupo político, que apesar de não estar no poder, devido às práticas eleitorais e políticas dos adamistas, era formado pelos maiores fazendeiros da região, proprietários e negociantes, de artistas, do povo, ou seja, o discurso tenta abarcar todas categorias sociais, construindo a imagem de que

²⁷ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 11 de outubro de 1903 – nº 243. Pg. 01-05.

²⁸ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 11 de outubro de 1903 – nº 243. Pg. 01-05.

o grupo era formado por homens de honra, de prestígio, de valor, em que o povo deve confiar e que não somente poderá trazer o progresso à cidade mas também romper com o mandonismo adamista.

Contudo, apesar da expectativa de conseguir os votos necessários para eleger os candidatos da chapa pessoísta, na regra do jogo político na Primeira República não necessariamente assumiria o cargo público o candidato que obtivesse maior número de votos. Sendo assim, o receio novamente de que o grupo adamista contasse com a influência do governador tornou-se constante nos artigos publicados pelo periódico. Como escrevia a Gazeta de Ilhéos;

S. ex. se prepara, ao mesmo tempo, terreno para a eleição municipal de novembro. Já estão tomadas todas as providências em favor da liberdade eleitoral, e se os trinta e tantos ou quase quarenta soldados que já temos por cá, não forem suficientes, nada mais fácil do que remetter mais alguns.²⁹

Para além da influência do governador, é importante percebermos, como salienta Carone, que no processo político, eram as mesas eleitorais que apuravam os votos e lavravam a respectiva ata, queimando, em seguida as cédulas, salvo as apuradas em separado, que tinham como destino o Ministério do interior. Neste sentido, as eleições na Primeira República possibilitavam que os mecanismos de opressão se estabelecessem, sendo que não existia o voto secreto e a mesa eleitoral era responsável por controlar a votação e a presença dos eleitores, tornando-se fácil a pressão sobre eles (CARONE, 1973, p. 301). Ainda sobre as mesas eleitorais, o autor pontua que, em cada distrito compunha-se de cinco membros. No distrito da sede do município, era presidida pelo presidente da câmara, que designava os quatro mesários, sendo dois vereadores e dois eleitores. Nos demais distritos, todos os membros eram nomeados pelo presidente da câmara (CARONE, 1973, p. 295-296).

O domínio partidário, proporcionado pela manutenção do controle da máquina administrativa e eleitoral seria a melhor opção para diminuir a incerteza dos pleitos que se seguiriam. Como percebe Jaqueline Porto Zulini, o poder de mando sobre pelo menos três etapas burocráticas necessárias à realização do escrutínio – a provisão do alistamento, a composição das mesas eleitorais e a diplomação dos eleitos pelas Juntas Apuradoras –

²⁹ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 21 de maio de 1903 – S/N. Pg. 01.

condicionava saídas menos custosas para as forças políticas e muito nos informa a respeito do *modus operandi* dos pleitos republicanos (ZULINI, 2013, p. 08). Segundo a Gazeta;

[...] quando todos combatem a intervenção das camaras ou conselhos municipaes nos alistamentos e nas eleições, o congresso da Bahia e o sr. governador voltam atraz e nos *felicitam* com uma lei ampliando os poderes já bastante extensos, pela lei estadual de 1895, d'esses conselhos, que nada exprimem, entregando-lhes não só processo, desde as revisões até as eleições, creando-lhes ainda a faculdade de *eleger* os mesarios, que devem receber os votos dos eleitores, lavrar as actas, etc, etc [...] Os conselhos *elegem* as mesas para o alistamento dos eleitores, formam a maioria da junta revisora, designam as casas onde tem de funcionar as secções, *elegem* tambem os mesarios para estas, apuram as eleições e reconhecem os poderes de seus membros, do intendente e dos juizes de paz!!!³⁰

É no ato das eleições, como pontua Carone, que o mecanismo de compressão se estabelece: como não existe o voto secreto, e a *mesa eleitoral* controla a presença e a votação, torna-se fácil a pressão sobre os eleitores (CARONE, 1973, p. 302). Nesta perspectiva, utilizar-se da presença de jagunços para intimidar os eleitores do grupo oposito compunha-se uma prática comum na região. Como denuncia a Gazeta, “durante tres dias esteve a cidade abastecida de indivíduos armados de pistolas e carabinas, que aos magotes transitavam pelas ruas em direção ás vendas, onde bebiam cachaça, e ás casas dos chefes, a cujas ordens obedeciam”.³¹ Em contrapartida, o jornal *A Lucta*, publicava notícias ligando a presença dos jagunços na região ao Coronel Antônio Pessoa, utilizando dos mesmos argumentos da Gazeta de Ilhéos.

O atraso em entregar os títulos dos eleitores também constituía uma prática na região antes do processo de eleição. Uma nota publicada pela Gazeta quinze dias antes das eleições, solicita do juiz de direito a providencia para serem entregues os títulos dos eleitores da cidade, nas regiões do Itahype e Almada, os quais estavam em posse do tenente-coronel José Carlos Adami, quando este trabalhou na vara de direto, cabendo salientar que estas regiões, segundo os pessoístas, possuíam grande número de votos.

³⁰ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 20 de setembro de 1903 – S/N. Pg. 01.

³¹ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 12 de novembro de 1903 – nº 248. Pg. 01-02.

A exclusão e remoção para outros distritos, dos nomes de eleitores que estavam ligados aos grupos de oposição, nos alistamentos eleitorais, também era outra prática comum na região, segundo os pessoístas, substituindo-os por eleitores *Phosphoros*, ou seja, “aqueles que não falam, não veem, não ouvem e cuja existência é apenas atestada pelo bico de pena do seu fabricante”, conforme se lê;

Os eleitores cujos nomes não foram transferidos para o alistamento de 1902, mas figuram nos de 1900 e anteriores, exibindo os seus títulos e certidões do seu alistamento, como exhibirão, serão admitidos a votar, nos termos da lei n. 511 de 28 de setembro de 1903, art. 15 § 2º. As certidões mencionadas no mesmo artigo estão extrahidas e serão apresentadas ás mesas eleitoraes, afim de que não sejam recusados os votos esbulhados [...] Chamamos muito especialmente a attenção dos eleitores para este dispositivo, que é garantidor e liberal, e estamos convictos de que não hesitarão em comparecer aos collegios, dentro e fora da cidade, todos aquelles que foram excluídos indevidamente pelo desprestigiado Domingos Adami.³²

O papel do conselho municipal, nas eleições, servia claramente como um instrumento de manobra dos grupos políticos na luta pelo controle e manutenção do poder político local, garantindo-lhes muito mais força quando tinham o apoio do Governo Estadual. Entretanto, não dispondo dessa prerrogativa no momento, a facção pessoísta utilizava-se da imprensa não somente como propagador de um discurso, mas sim como um instrumento capaz de arregimentar alianças com aqueles que não gozavam das benesses das coligações pertencentes ao governo. Nesse jogo de interesses, como já salientamos, o bem-estar social da população não se configuraria como principal objeto, apesar do discurso ser construído através desse ideal.

Com efeito, para o fortalecimento da oposição contra a hegemonia política adamista, buscou-se compor uma aliança não somente com as elites locais, mas também com a grande massa trabalhadora e os profissionais liberais, entendidos pelo jornal como um *eleitorado independente*.³³ Sendo assim, construir uma retórica pautada na ideia de liberdade,

³² Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 01 de novembro de 1903 – nº 251. Pg. 01-02.

³³ É importante questionarmos a ideia de um *eleitorado independentes*. Dentro de um contexto de práticas de corrupção, voto aberto, etc. até que ponto havia uma liberdade para esses eleitores? Neste sentido, podemos compreender o discurso pessoísta como uma forma de cooptar e mobilizar a massa trabalhadora vendendo um discurso de uma sociedade democrática.

democracia e independência das amarras de uma oligarquia local, no caso do grupo adamista, acabou tornando-se discurso constante nas publicações da Gazeta. Isso pode ser percebido no trecho da matéria a seguir;

Devemos todos, unidos e fortes, marchar para as urnas com a coragem de um povo, que tem o direito de ser livre, até porque nos achamos em pleno regimen democrático, que não deve somente continuar mystificado e sophisticated. Devemo-nos erguer á altura dos nossos creditos de cidadãos independentes, laboriosos e amigos d'este torrão e elevarmo-nos até chegar o nosso civilismo [...] Marchemos, pois, corajosamente para as urnas, convictos de nossos direitos, quaesquer que sejam as ameaças e as perseguições. Só assim poderemos conquistar a nossa liberdade. Só assim poderemos ser independentes, grandes e felizes.³⁴

Assim, no dia 8 de novembro de 1903, ocorrerem as eleições para os representantes aos cargos municipais. Disputando a intendência, lançaram candidaturas os Coronéis Antônio Pessoa da Costa e Silva, representando a facção pessoísta, e Domingos Adami de Sá, pela facção adamista. Todavia, embora a Gazeta de Ilhéos, ao longo de todo o processo eleitoral, não destacasse a presença de um terceiro candidato ao cargo, e dos seus números pouco expressivos, havia ainda o candidato Albino Martins.

Apesar das poucas informações sobre o candidato Albino Martins na Gazeta de Ilhéos, aparecendo unicamente na lista dos seus primeiros acionistas, supomos que este representasse, neste momento, uma terceira alternativa para além das duas facções. Todavia, posteriormente, quando o coronel Antônio Pessoa chega ao controle da política municipal com o apoio de J. J. Seabra, em 1912, o nome de Albino Martins aparece como um dos membros que participavam a facção pessoísta.

Nos dados apresentados pela Gazeta de Ilhéos, referentes ao boletim eleitoral, o coronel Domingos Adami só obteve votos no terceiro distrito (Cachoeira de Itabuna), adquirindo menos de 10% dos votos obtidos pelo candidato Antônio Pessoa no computo geral. É importante salientarmos ainda que, o terceiro distrito que tinha grande influência do grupo pessoísta, fora o único onde se observou a ocorrência de votos a favor de Domingos

³⁴ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 18 de outubro de 1903 – nº 244. Pg. 01.

Adami, enquanto no segundo e terceiro distritos, onde os adamistas mantinham maiores ligações, não lograram nenhum voto. A este respeito, a Gazeta provocou;

Pela primeira vez, na sua vida, o sr. Domingos Adamis mandou publicar os nomes dos eleitores do 1º districto que votaram na sua mesa, mostrando III, em um eleitorado de 202, resultado de alistamento clandestino, como foi o de 1902, em que, ao mesmo tempo que excluiu centenas de eleitores seus adversários, incluiu nomes completamente desconhecidos, que não podem deixar de ser imaginários, e outros de pessoas residentes no 2º, 3º e 4º distritos [...] Eis ahi, em synthese, a *brilhante* votação obtida pelo sr. Domingos Adami na sua mesa illegal, garantida por grande numero de jagunços armados, dispostos a sangrar o primeiro *pessoísta* que tivesse a ousadia de affrontal-os na sua bacchanal [...] E porque não é coerente o sr. Adami, mandando publicar também os nomes dos *eleitores* que votaram no 2º, 3º e 4º districtos?³⁵

Neste sentido, a facção pessoísta utiliza da Gazeta na tentativa de permear no imaginário popular a constituição de significações referentes à possibilidade de um novo golpe político e continuidade na manutenção das oligarquias locais lideradas pelos adamis. Após as eleições, mais do que manipulação, tratava-se de garantir a legitimidade das eleições e dos candidatos eleitos, embora, não se configure uma certeza da posse e principalmente a sua manutenção.

Em 26 de novembro de 1903, a Gazeta de Ilhéos noticiou que os diplomas de intendente, conselheiros e juizes de paz haviam sido expedidos pela Junta Apuradora das Eleições Municipais, sendo o Coronel Antônio Pessoa reconhecido por esta como o intendente eleito no município de Ilhéus. Segundo o jornal;

A junta municipal apuradora das eleições, faz público que, reunida no dia 23 do corrente mez, ás II horas da manhã, no palo do conselho municipal dessa cidade, depois de eleger o seu presidente e secretário, na forma da lei de 12 de agosto de 1895, art. 29, § 1º e da de 28 de agosto de 1903, art. 18, § único passou a tomar conhecimento das actas que lhe foram presentes, nos livros competentes, remmetidos pelos presidentes das mesas seccionaes, d'este

³⁵ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 19 de novembro de 1903 – S/N. Pg. 01-02.

município e, examinando-as attentamente e somando os votos de cada secção, dados á cada cidadão [...] Em virtude do que mandou a mesa expedir diplomas aos eleitos, afim de que tomem posse dos seus cargos no dia designado por lei, e publicar este, por edital, nos logares mais públicos e do costume e pela imprensa local.³⁶

Assim, no dia primeiro de janeiro de 1904, com grande solenidade no município, deu-se início à cerimônia de posse para os cargos de intendente, conselheiros municipais e juizes de paz eleitos no dia 8 de novembro de 1903. Acompanhados da filarmônica *Lyra Juvenil*, regida por Affonso Nolasco, partiram do palacete Pessoa, que se localizava na rua Santos Dumont, os candidatos eleitos junto a grande número de populares, para o novo paço municipal. Cabe salientar que, a primeira medida aprovada, inclusive antes da posse pelo Intendente Antônio Pessoa, junto com o novo Conselho Municipal, foi o aluguel do palacete dos herdeiros do falecido Coronel Firmino do Amaral, antigo correligionário da facção pessoísta, para nele funcionar a sede da Intendência e do Conselho Municipal.

Após a chegada ao novo prédio do Governo Municipal, deu-se início à cerimônia de posse, prestando juramento perante o antigo conselheiro municipal, o major Hermínio de Figueiredo Rocha, e o coronel Ramiro Idelfonso de Araújo Castro, que presidiu a mesa provisória e foi o responsável por deferir o juramento do Intendente e do restante dos conselheiros e juizes de paz. Logo após os juramentos, procedeu-se à eleição da mesa definitiva, sendo eleitos: Presidente, o coronel Ramiro de Castro, Vice-Presidente, o major Rodolpho Mello Vieira, 1º Secretário, Benedicto Franca Amaral, 2º Secretário, o tenente Eustaquio Bastos. É importante percebermos que todos os membros eleitos do conselho pertenciam à facção pessoísta, o que configuraria um governo sem a presença da oposição. Sobre a cerimônia de posse, a Gazeta de Ilhéos narra que;

Dada a palavra, pelo ilustre presidente do conselho, ao intendente coronel Pessôa, pronunciou este substancioso discurso, em que traçou o seu programma de governo, que é variado e completo, sendo muito aplaudido, e concluindo por dar vivas á religião catholica, ao eleitorado independente

³⁶ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 26 de novembro de 1903 – S/N. Pg. 01-02.

e ao povo ilheense, no que foi correspondido estrepitosamente, tocando a *Lyra Juvenil* o hynno nacional.³⁷

Apesar de toda a propaganda construída pelo periódico pessoísta em torno da liberação dos certificados pela junta eleitoral e da pomposa cerimônia de posse dos principais cargos no município, para além da vitória em âmbito municipal, obter o apoio do governo estadual configuraria peça fundamental para a continuidade do poder, expediente que estava no cerne do jogo político da Primeira República.

Com o término do mandato do governador Severino Vieira, no início de 1904, manter relações de proximidade com o próximo governador proporcionaria a possibilidade de uma influência na decisão do Senado Estadual em caso de recursos eleitorais, indicações dos cargos públicos, dentre outras benesses já pontuadas ao longo do trabalho. Nesse contexto, a Gazeta notícia que;

Vae a Bahia eleger em breve o seu governador, nos termos da constituição estadual, e cremos que nenhum competidor terá o candidato official, o sr. dr. José Marcellino de Souza, cuja honestidade e independência de character nos dão o direito de esperar de s. ex. um governo digno do grande estado que habitamos e de que é s. ex. um dos filhos mais preclaros [...] nós confiamos que s. ex. agira com franqueza, decisão e justiça, e porisso apoiamos a candidatura do nosso estimado e honrado comprovinciano.³⁸

Assim, com a aproximação das eleições para governador, a campanha do então candidato José Marcellino para o cargo já encetava nas páginas do periódico pedidos de apoio aos membros do grupo em todos os distritos e junto a toda a população. Embora o candidato fosse uma indicação do então governador Severino Vieira, é importante perceber que as cisões políticas no contexto da política estadual era uma prática comum no período, assim como fora entre os vianistas e severinistas.

Construir possíveis laços com o candidato da situação, constituiu uma prioridade do grupo pessoísta como podemos perceber nas publicações da Gazeta. Em contrapartida, as postagens feitas pelo periódico *A Lucta*, tinham como principal objetivo acusar os pessoístas

³⁷ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 07 de janeiro de 1904 – n° 265. Pg. 01.

³⁸ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 26 de novembro de 1903 – S/N. Pg. 01-02.

de estarem fazendo oposição a José Marcellino e apoiarem a candidatura de Ruy Barbosa para o governo, como uma forma de desestabilizar as relações com o governo do Estado. Desta maneira, a Gazeta passa a defender que;

O sr. Adami é um homem condenado pela baixesa de sua política sanguinária e de latrocínio, e deve sabe que nenhum effeito hão de produzir as intrigas que procura urdir no seu *pasquim*, entre nós e o honrado dr. José Marcellino, *que nos deve conhecer a todos*, e tem a necessária altivez para desprezar as arengas e mexericos do sr. Adami.³⁹

Ter o apoio do novo governador seria crucial para as ambições políticas de ambas as facções. Ao mesmo tempo em que o Coronel Antônio Pessoa e os membros do Conselho tinham tomado posse dos cargos e toda a confraternização patrocinada pelo grupo, o mesmo ocorreu com os membros da facção adamista. O coronel Domingos Adami de Sá assumiu o cargo de Intendente e João Mangabeira como Presidente do Conselho Municipal.

Possivelmente, a necessidade de alugar o novo espaço para o funcionamento da Intendência e o Conselho Municipal deveu-se à não saída da facção adamista do poder como esperado e sua manutenção no prédio oficial. Assim, diferentemente das eleições de 1899, a região passou a vivenciar um duplo governo, o que proporcionou uma busca intensa, tanto nos discursos da *Gazeta de Ilhéos* quanto na *A Lucta*, pela hegemonia do poder. Nessa disputa de poder, a Gazeta pontuava que;

Da dualidade de eleições n'este município resultou empossarem-se duas camaras, uma eleita pelo povo, em ostracismo, sob a mais escandalosa e indigna pressão official, a outra pela força publica composta de cerca de quarenta praças, sob o comando de um official de policia apaixonado e desbragado pela jagunçada desenfreada, armada de carabinas, ameaçando e commetendo distúrbios, e pelos *phosphoros* ou *eleitores de folhinha*, um numero superior a 600.⁴⁰

³⁹ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 11 de fevereiro de 1904 – nº 275. Pg.01.

⁴⁰ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 01 de fevereiro de 1904 – nº 273. Pg. 01-02.

Com a dualidade do governo, a corrida pela cobrança e recebimento dos impostos viria a compor neste momento um dos principais pontos de conflitos entre os grupos. Nesta perspectiva, asseverava a Gazeta de Ilhéos;

Não tenham os contribuintes de impostos municipais o menor receio de pagalo-os ao procurador e fiscaes da intendência eleito pelo povo, de que é chefe o nosso amigo coronel Antônio Pessoa, os quaes, desde o dia 3 do corrente, estão sendo cobrados á bala pelo sr. capitão Galdino, commissário de policia.⁴¹

Segundo notícia publicada no jornal D' A *Bahia* da capital de 13 de janeiro de 1904, intitulada *A duplicata de Ilhéos*, com uma cópia vinculada na Gazeta, após a posse das duas intendências, a cobrança de impostos por ambas as partes passou a configurar uma prática comum. Neste sentido, um telegrama enviado ao jornal da capital denunciava a suposta “cobrança indevida” e o “terror” utilizado pelo Capitão Galdino ao retirar o carregamento de cacau do barco *Paquete Voador*, do consignatário português Joaquim Eugênio que alegava ter pago os impostos ao governo de Antônio Pessoa. Ainda segundo telegrama;

Ilhéos, 9. Fui hoje ameaçado prisão capitão Galdino, commissário policia, presença soldados, muitas pessoas, pelo facto haver paga Intendencia Pessoa impostos barco *Paquete Voador* de que sou consignatário. Tenho vida arriscada. Capitão Galdino, acompanhado de vinte praças, corneta, penetrou, sem formalidades, barco, retirando porção saccos de cacáo. Aqui impera absolutismo Falta absoluta garantias. Telegraphei consul portuguez minha nacionalidade; providências. – *Joaquim Eugenio Carvalho*.⁴²

Outro telegrama, enviado ao *Jornal de Notícias* da capital, no dia 25 de janeiro de 1904, por João Evangelista de Figueiredo, fazendeiro de Ilhéus, também publicado pela Gazeta, alegou a invasão da sua fazenda *Potumujú* por oito capangas armados e capitaneados por Alberto Homem d'El-Rei, sendo este forçado a assinar documento de dívida alegadamente já paga ao intendente Pessoa, e obrigando-o a refugiar-se na cidade para escapar de ser preso ou morto por ter abandonando sua fazenda.

⁴¹ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 17 de janeiro de 1904 – nº 268. Pg. 01-02.

⁴² Idem; op. cit.

Dentro desse contexto de conflitos, o Governo do Estado e o Senado Estadual, mais uma vez, seriam peças chaves na dinâmica política da região. Assim, no dia 27 de fevereiro de 1904, foi apresentado ao Senado o pedido de anulação da *câmara policial*, feita pelo capitão Galdino, configurando mais uma vez a possibilidade do grupo pessoísta voltar à situação de oposição. Como pontua Ribeiro, apesar de alegarem o vencimento das eleições, os seus candidatos não eram oficializados pelo Senado Estadual que tinha a prerrogativa de diplomar os eleitos, ou seja, legitimar a posse dos cargos do executivo e legislativo estaduais e municipais (RIBEIRO, 2005, p.50). Com efeito, a Gazeta noticiava que;

Graças á sua *alta reportagem*, souberam há dias que interposeram amigos nossos, a *18 do corrente*, recurso da bandalheira que eleva o atrabiliário e impopular Adami ao cargo de *intendente*, e uns *candolas basílios*, e quejandos cangaceiros a conselheiros municipaes e juizes de paz, e pelo órgão do seu grupo, o *immoral pasquim* que envergonha a qualquer município, mostram-se muitos anchos porque dizem elles, só trataram os nossos amigos da nullidade da bandalheira Adami e não pediram a aprovação da eleição que collocou nos cargos de intendente, conselheiros e juizes de paz ao coronel Pessoa e seus correligionários.⁴³

Mais uma vez o Governo do Estado, mesmo tendo forte apoio durante a campanha do grupo pessoísta, interferiu para o favorecimento da continuidade de Domingos Adami e seus aliados no cargo de Intendente. As influências do governador José Marcellino na região, permitiram, não somente, a permanência dos adamistas durante a sua gestão, mas também na gestão de governador Araújo Pinho. O que, posteriormente, possibilitou que o grupo adamista galgasse novos espaços, tanto na política estadual, quanto na federal.

Essa situação perdurou, invariavelmente até a ascensão política de José Joaquim Seabra (1912-1916) ao governo do estado, proporcionando uma mudança nas configurações políticas da região, possibilitando a ascensão e manutenção dos pessoístas ao governo do município de Ilhéus, assim como, no âmbito estadual. O que alteraria de forma substancial os discursos utilizados na imprensa gerenciada pelo grupo.

⁴³ Gazeta de Ilhéos, Ilhéus, 27 de março de 1904 – nº 287. Pg. 01.

Referências

BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *O poder simbólico* / Pierre Bourdieu; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 11ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007

CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930): texto e contexto*. São Paulo: DIFEL:1973.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, PUC, nº 35, pp. 253-270.

FALCÓN, G. A. O. *Os Coronéis do Cacau - Raízes do Mandonismo Político em Ilhéus*, Ano de Obtenção: 1983.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 8. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975.

LEITE, Rinaldo C. N. *E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, 1912-1916*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1996.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense 1986.

RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)* / André Rosa. – Ilhéus: Editus, 2001.

_____. *Memórias e Identidade. Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. *Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)* / Paula Vanessa Paz Ribeiro. - Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

SAMPAIO, C. N. *O poder legislativo da Bahia: primeira república (1889-1930)* / Consuelo Novais Sampaio. Salvador : Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 1985 – UFBA

SOUZA, Gabriel José Brandão de. *Construindo e (de) construindo uma história local: a relação entre os coronéis do cacau e a imprensa Ilheense (1900-1915)* / Gabriel José Brandão de Souza. – Santo Antonio de Jesus, 2017. 117f.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Estruturas e práticas eleitorais na primeira república*. III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP (2013).

